

## RESOLUÇÃO CONSUNI № 24, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.002955/2024-70 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Constituir Comissão Relatora para analisar e emitir parecer acerca da Proposta Orçamentária de 2024, composta pelos seguintes membros:

Paulo Roberto Rodrigues de Souza - Professor do Magistério Superior (Presidente);

Gian Paulo Giovanni Freschi - Professor do Magistério Superior;

Ivanei Salgado - Técnico-Administrativo em Educação;

Valéria Maria Pereira Barbosa - Técnica-Administrativo em Educação;

Danilo de Abreu e Silva - Técnico-Administrativo em Educação;

João Paulo de Brito Nascimento - Professor do Magistério Superior;

Adriano Francisco Barbosa - Técnico-Administrativo em Educação;

Pedro Henrique de Souza Moinhos - Discente.

Art. 2º O prazo final para apresentação de destaques à matéria analisada por esta Comissão é 10 de maio de 2024.

§ 1º Os destaques deverão ser enviados à Secretaria Geral por escrito, contendo:

I - o item do documento que se pretende alterar;

II - a nova redação proposta; e

III - a justificava para a proposta de alteração.

§ 2º A Secretaria Geral encaminhará os destaques à Comissão Relatora ao término do prazo previsto no caput deste artigo.

Art. 3º Conforme decisão do Consuni, a Comissão Relatora tem prazo até 26 de maio de 2024 para o envio do relatório final à Secretaria Geral.

Parágrafo único. Caso seja necessário prazo adicional, a Presidente da Comissão deverá encaminhar solicitação justificada ao Presidente do Consuni, que poderá conceder até trinta dias adicionais por apenas uma vez.

Art. 4º No relatório final deverão constar:

- I os fatos, dados, informações e considerações que a Comissão julgar relevantes para o bom entendimento da matéria pelo pleno;
- II os votos divergentes, quando houver; e
- III os destaques propostos contrastando com os itens que pretendam alterar.
- Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

# SANDRO AMADEU CERVEIRA Presidente do Consuni DATA DE PUBLICAÇÃO UNIFAL-MG 02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0</a>, informando o código verificador **1243105** e o código CRC **013546A5**.

Referência: Processo nº 23087.002955/2024-70 SEI nº 1243105



## RESOLUÇÃO CONSUNI № 25, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.020346/2023-11 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para o cargo de Professor do Magistério Superior, regido pelo Edital nº 004/2024, conforme informado no documento 1231224.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243154** e o código CRC **50AF87B1**.

Referência: Processo nº 23087.020346/2023-11



# RESOLUÇÃO CONSUNI № 26, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.022327/2023-20 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado final do Concurso Público para o cargo de Professor do Magistério Superior, regido pelo Edital nº 005/2024, conforme informado no documento 1226034.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243184** e o código CRC **BA3A6CFB**.

**Referência:** Processo nº 23087.022327/2023-20 SEI nº 1243184



# RESOLUÇÃO CONSUNI № 27, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.016308/2023-64 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Determinar que o preenchimento da vaga para professor de Libras do Instituto de Ciências Humanas e Letras deva se dar mediante a realização de concurso público.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243217** e o código CRC **416820D5**.

**Referência:** Processo nº 23087.016308/2023-64 SEI nº 1243217



## RESOLUÇÃO CONSUNI № 28, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.003844/2024-81 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a abertura de concurso público para o cargo de Médico, Área: Ginecologia e Obstetrícia, Nível de Classificação E, do Plano de Carreira do Cargos Técnico-Administrativos em Educação: 1 vaga, em regime de trabalho de 20h, conforme informações apresentadas nos documentos 1228408, 1230598 e 1233658.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243226** e o código CRC **047DB8C5**.

Referência: Processo nº 23087.003844/2024-81



### RESOLUÇÃO CONSUNI № 29, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.004654/2024-81 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão – Exercício 2023, em formato de Relato Integrado, da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG, conforme apresentado no documento 1222561.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243237** e o código CRC **8221B56F**.

**Referência:** Processo nº 23087.004654/2024-81



## RESOLUÇÃO CONSUNI № 30, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.005048/2024-82 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução Consuni nº 54, de 7 de novembro de 2018, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Aprovar a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a adesão desta Universidade ao Sistema de Seleção Unificada – Sisu desde o ano de 2019 e de processo de seleção próprio para ingresso das vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), a partir do ano de 2024." (NR)

"Art 1º-B O processo de seleção próprio da UNIFAL-MG de que trata o art. 1º será realizado com até 50% das vagas totais da Instituição, não se ultrapassando 50% das vagas de cada curso.

- § 1º Para a oferta prevista no caput do artigo deve ser composta comissão de acompanhamento do processo seletivo constituída por:
- I Diretor(a) de Processos Seletivos da UNIFAL-MG, como presidente;
- II quatro docentes ou TAEs, com produção acadêmica nas áreas de conhecimento afins ao curricullum do Ensino Médio;
- III um representante das escolas públicas de Alfenas, Poços de Caldas ou Varginha;
- IV um representante das escolas privadas de Alfenas, Poços de Caldas ou Varginha;
- V um representante das secretarias municipais de Ensino de Alfenas, Poços de Caldas ou Varginha;
- VI um representante das Superintendências Regionais de Ensino de Poços de Caldas ou Varginha.
- a) Os membros previstos no inciso II serão indicados por escrutínio pelo Colegiado de Graduação.
- b) Os membros previstos nos incisos III a VI serão indicados por escrutínio em reunião presidida pela Diretoria de Processos Seletivos e em que sejam enviados convites para todas as escolas públicas e privadas e Secretarias Municipais de Educação de Alfenas, Poços de Caldas e Varginha e para as Superintendências Regionais de Ensino de Poços de Caldas e Varginha, no primeiro semestre de cada ano.
- § 2º A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo deve se reunir no primeiro semestre de cada ano subsequente à execução do processo seletivo e emitir relatório de avaliação do último processo seletivo realizado." (NR).
- Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

#### SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO UNIFAL-MG 06/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 06/05/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador externo.php?acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0</a>, informando o código verificador **1245366** e o código CRC **DA5FAF7F**.

**Referência:** Processo nº 23087.005048/2024-82 SEI nº 1245366



# RESOLUÇÃO CONSUNI № 31, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.000072/2024-25 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do PDI 2021-2025 da UNIFAL-MG, conforme apresentada no documento 1240098.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni

DATA DE PUBLICAÇÃO

UNIFAL-MG

02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243272** e o código CRC **8F8BA335**.

**Referência:** Processo nº 23087.000072/2024-25



#### RESOLUÇÃO CONSUNI № 32, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Regulamenta a organização e o funcionamento das atividades do Instituto de Ciências da Natureza – ICN da UNIFAL-MG.

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.003780/2024-18 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, RESOLVE regulamentar a organização e o funcionamento das atividades do Instituto de Ciências da Natureza – ICN da UNIFAL-MG, nos seguintes termos:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento contém as disposições básicas sobre as atividades do Instituto de Ciências da Natureza da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

Parágrafo único. A organização e o funcionamento desse Instituto estão regulamentados nesse Regimento e serão complementados por resoluções aprovadas pela sua Congregação e em conformidade com o que dispõe o Regimento Geral e o Estatuto da UNIFAL-MG.

#### CAPÍTULO II

#### DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

Art. 2º O ICN congrega parte dos docentes pertencentes às áreas de Ciências Biológicas, Geografia, Biotecnologia e áreas afins, os servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) nele lotados e a representação discente, com objetivos comuns e permanentes de ensino, de graduação e pós-graduação, extensão e pesquisa.

Art. 3º Os servidores TAEs exercerão o auxílio em atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, segundo as necessidades do ICN, definidas pela diretoria, bem como podem apresentar à Congregação proposta de realização que julgarem pertinentes.

Art. 4º O ICN tem por competência:

I – planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do Instituto;

II – abrigar os cursos e programas de graduação e pós-graduação;

III — planejar a aplicação dos recursos orçamentários que lhe forem alocados para propiciar as condições técnicas para o funcionamento dos cursos e programas de graduação e pós-graduação e administrar os bens patrimoniais sob sua responsabilidade;

IV – coordenar e implementar a política de recursos humanos do ICN, ouvidos os colegiados dos cursos;

V – elaborar sua proposta de Regimento Interno em consonância com o Estatuto e o Regimento Geral.

#### CAPÍTULO III

#### DA ADMINISTRAÇÃO E FUNCIONAMENTO

#### DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 5º A estrutura organizacional mínima do ICN é composta por:
- I Congregação;
- II Diretoria;
- III Secretaria;
- IV Órgãos Complementares:
- a) Centro de Estudos em Botânica;
- b) Herbário; e
- c) Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace (CHARW).

#### SEÇÃO II

#### DA CONGREGAÇÃO DO ICN

- Art. 6º A Congregação é o órgão máximo consultivo, deliberativo e de recurso do ICN no âmbito de suas competências.
- § 1º A Congregação da Unidade é composta por:
- I Diretor do ICN, como seu presidente;
- II docentes lotados no ICN;
- III servidores TAEs lotados no ICN;
- IV representante do corpo discente.
- § 2º O representante do corpo discente e seu suplente são indicados pelo órgão máximo de representação estudantil da Instituição, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.
- § 3º É assegurado a todos os membros o direito a voz e voto, cabendo ao Diretor, presidente da Congregação, o voto de qualidade.
- Art. 7º O Diretor do ICN, o Vice-Diretor poderão ter suas destituições propostas e votadas em reuniões especialmente convocada para esse fim.
- Parágrafo único. A destituição só ocorrerá se aprovada em reunião, por dois terços, no mínimo, dos membros da congregação.
- Art. 8º À Congregação compete, no âmbito do ICN:
- I eleger o Diretor e o Vice-Diretor;
- II destituir o Diretor, o Vice-Diretor de acordo com o estabelecido no Regimento Geral da UNIFAL-MG;
- III elaborar o Regimento Interno ou suas modificações e submetê-las ao Conselho Universitário Consuni;
- IV estabelecer as diretrizes administrativas e supervisionar sua execução em consonância com o disposto no Estatuto, no Regimento Geral e neste Regimento Interno;
- V servir como grau de recurso das decisões do Diretor;
- VI propor a admissão ou a disponibilidade de pessoal docente e técnico- administrativo;
- VII formar comissões;
- VIII deliberar sobre todas as questões didáticas, científicas, de extensão e administrativas;
- IX emitir parecer sobre as proposições das Pró-Reitorias Acadêmicas em assuntos que envolvam o ICN;
- X deliberar sobre o plano de gestão da Diretoria;
- XI discutir e aprovar o orçamento, proposto pela Diretoria, em consonância com as diretrizes orçamentárias da UNIFAL-MG;
- XII deliberar sobre a criação ou extinção de Núcleos e Órgãos Complementares;
- XIII deliberar a respeito dos pedidos de remoção ou redistribuição de docentes e dos servidores TAE, de acordo com as normas vigentes;
- XIV manifestar-se sobre afastamento de docentes e de servidores TAE para fins de qualificação;
- XV autorizar o afastamento de pessoal docente e técnico-administrativo em educação para capacitação;
- XVI deliberar sobre a criação de cursos e programas de pós-graduação;
- XVII deliberar nas reuniões relativas ao art. 9º;
- XVIII deliberar sobre os pedidos de abertura de concurso público e processo seletivo;

- XIX indicar comissão eleitoral para organizar a escolha do diretor e vice-diretor do ICN no prazo de até 60 (sessenta) dias antes de extintos os mandatos;
- XX homologar os resultados com posterior encaminhamento ao reitor, para designação conforme legislação em vigor.
- Art. 9º As reuniões ordinárias serão formalmente convocadas, pelo Diretor, ou por requerimento de 1/3 de seus membros, com antecedência mínima de 48 horas para convocação e divulgação da pauta.
- § 1º As reuniões podem ser presencial, virtual ou híbrido.
- § 2º A matéria constante da pauta da reunião, ou da pauta complementar, deverá ser instruída com pareceres e demais peças dos autos, a fim de permitir sua compreensão e julgamento.
- § 3º As partes interessadas poderão solicitar à Secretaria, a distribuição de informações complementares relativas à matéria da pauta.
- Art. 10. As reuniões extraordinárias serão formalmente convocadas, incluindo sua pauta, sem exigência de antecedência, pelo Diretor ou por requerimento de 1/3 de seus membros, por motivos excepcionais ou de urgência, devendo justificar o procedimento quem as convocar. A reunião só poderá ocorrer se a justificativa for aceita pela maioria simples dos presentes.

Parágrafo único. No caso de recusa do Diretor, a convocação poderá ser subscrita pelos membros da Congregação que a promoveram.

- Art. 11. A Congregação se reunirá com o quórum da maioria absoluta de seus membros.
- Art. 12. As decisões da Congregação terão validade quando tomadas por maioria simples dos seus membros, exceto no disposto no art.6º, parágrafo único.
- Art. 13. Encerrada a discussão, não será permitido o uso da palavra, exceto para encaminhar a votação.
- § 1º Qualquer membro poderá apresentar seu voto por escrito, para constar de ata.
- § 2º Qualquer membro poderá requerer ao Presidente que a votação se faça nominalmente.
- § 3º Se um assunto comportar vários aspectos, poderá o Presidente separá-los para discussão e votação.
- Art. 14. Em qualquer momento da discussão poderá o Presidente retirar matérias da pauta:
- I para reexame;
- II para instrução complementar;
- III em virtude de fato novo superveniente;
- IV em virtude de pedido de vista.
- § 1º Os pedidos de vista deverão ser justificados, cabendo ao Presidente decidir de plano.
- § 2º Os processos retirados de pauta, em razão de pedido de vista, deverão ser devolvidos no prazo máximo de vinte dias.
- § 3º No caso de se tratar de matéria de urgência, poderá a Presidência ou a Congregação fixar prazo menor para a devolução.
- § 4º Processos retirados de pauta deverão ser, preferencialmente, incluídos na pauta da reunião subsequente, como primeiros itens.

### SEÇÃO III

#### DA DIRETORIA DO ICN

- Art. 15. A Diretoria é composta por um Diretor e um Vice-Diretor.
- Art. 16. O Diretor é a autoridade executiva superiora do ICN, que, juntamente com o Vice-Diretor e a Congregação, administra, coordena e superintende todas as atividades da Unidade Acadêmica.
- § 1º O diretor do ICN e seu vice, ambos obrigatoriamente pertencentes ao quadro docente permanente em regime de dedicação exclusiva, serão eleitos conjuntamente em reunião da congregação, na qual ocorrerá a homologação do resultado da eleição.
- § 2º O mandato do Diretor e do Vice-Diretor será de 02 anos, permitida uma recondução consecutiva.
- § 3º O Diretor e o Vice-Diretor serão nomeados pelo Reitor, na forma da lei.
- Art. 17. Nas ausências e no eventual impedimento do Diretor do ICN, ele será substituído pelo Vice.
- § 1º No caso de impedimento definitivo, renúncia ou vacância do Diretor e/ou do Vice-Diretor, será realizada nova eleição para o cargo vago no prazo máximo de 60 dias.

§ 2º No caso de ausências simultâneas do Diretor e de seu vice, assumirá a diretoria o docente da Congregação do ICN com maior tempo de serviço na Instituição dentre os docentes que manifestarem interesse e que não estiverem afastados no período.

#### Art. 18. À Diretoria do ICN compete:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto, o Regimento Geral, este Regimento Interno e as decisões da Congregação do ICN e da Administração Superior que lhe competem;

II - administrar o ICN;

III – submeter à Congregação do ICN, tornando-o público, nos primeiros trinta dias do seu mandato, o Plano de Gestão elaborado em conformidade com as diretrizes da Instituição;

IV – elaborar e encaminhar à Congregação do ICN o Relatório Anual de Atividades;

V – encaminhar anualmente à Congregação do ICN a Proposta Orçamentária que deverá ser elaborada em conformidade com as diretrizes da Instituição e com seu Plano de Gestão;

VI – representar o ICN junto a órgãos e autoridades;

VII - convocar e presidir as reuniões da Congregação;

VIII – supervisionar e fiscalizar a execução das atividades e a assiduidade dos docentes e servidores técnico-administrativos lotados no ICN;

IX – executar os atos necessários ao bom andamento das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e administrativas do ICN;

X – administrar e prestar contas dos recursos financeiros e materiais;

XI – fiscalizar e supervisionar a prestação de serviços;

XII - executar o orçamento;

XIII – adotar, ad referendum da Congregação, as providências de caráter urgente. Os assuntos deliberados ad referendum serão, obrigatoriamente, submetidos à Assembleia na reunião ordinária subsequente;

XIV – solicitar aos órgãos máximos de representação estudantil que convoquem as eleições para representantes do corpo discente junto aos órgãos de administração do ICN;

XV – designar docentes para as disciplinas de responsabilidade do ICN considerando a área de concurso e de formação dos mesmos;

XVI – designar docentes e técnicos administrativos para representar o ICN em comissões, comitês, núcleos e outros órgãos colegiados para os quais não haja regra específica de indicação, primando pela distribuição equânime das atividades, considerando primeiro a manifestação de interesse e em segundo momento a matriz de atividades.

## SEÇÃO IV DA SECRETARIA

Art. 19. A secretaria é órgão de apoio subordinado à Diretoria do ICN.

Art. 20. São atribuições da Secretaria:

I – secretariar e assessorar a Diretoria do ICN;

II – assessorar os servidores nos assuntos administrativos;

III – responsabilizar-se pela guarda da documentação do ICN.

#### SEÇÃO V

#### DOS ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

#### Art. 21. O Centro de Estudos em Botânica (CEB) é um órgão complementar do ICN.

Parágrafo único. O CEB atua no estudo da vida das plantas e suas aplicações na Biotecnologia e Biologia Vegetal para apoio a atividades de Pesquisa, Ensino de Graduação e Pós-Graduação e Extensão e de serviços na área de botânica, no âmbito da Universidade Federal de Alfenas.

#### Art. 22. O Herbário é um órgão complementar do ICN.

Paragrafo único. O Herbário atua como coleção botânica para apoio a atividades de Pesquisa, Ensino de Graduação e Pós-Graduação e Extensão e de serviços na área de botânica, no âmbito da Universidade Federal de Alfenas. A organização e o funcionamento do Herbário será estabelecido por meio de um regimento próprio.

Art. 23. A Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace (CHARW) é um órgão complementar do ICN.

Paragrafo único. A Coleção Herpetológica Alfred Russel Wallace (CHARW) atua como coleção zoológica, dando apoio a atividades de Pesquisa, Ensino de Graduação e Pós-Graduação e Extensão e de serviços na área de zoologia, no âmbito da Universidade Federal de Alfenas.

#### SEÇÃO VI

#### DO CORPO DOCENTE

- Art. 24. O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro efetivo da carreira de magistério superior lotados no ICN e pelos professores visitantes, professores substitutos ou outras categorias, nos termos da legislação vigente, com atribuições no âmbito do ICN.
- Art. 25. São atribuições do corpo docente:
- I as pertinentes ao ensino de nível superior, à extensão e à pesquisa, que visem à produção, à ampliação e à transmissão do saber;
- II as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência, na própria Instituição, além de outras previstas na legislação vigente;
- III participar de comissões e outras formas de representação e assistência ao ICN. Essa participação deverá ser exercida de forma igualitária entre os docentes;
- IV Coordenar os Laboratórios do ICN. A coordenação de cada laboratório será estabelecida pela congregação do instituto;
- V Representar o ICN como titular ou suplentes nos Conselho Universitário, Conselho de Curadores e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, PRACE e PROEX respeitando os critérios de elegibilidade estabelecidos nas normas de cada órgão.

Parágrafo único. As demais representações docentes serão indicadas e aprovadas pela Congregação do ICN.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS ELEIÇÕES

- Art. 26. As eleições previstas neste regimento serão:
- I organizadas e realizadas por Comissão Eleitoral composta por dois docentes e um servidor TAE lotados no ICN, designados pelo Diretor e aprovados pela Congregação;
- II realizada via sistema de eleição da UNIFAL-MG;
- III realizadas por meio de voto direto, universal e secreto;
- IV apuradas publicamente na mesma sessão, pela mesma comissão eleitoral, sendo lavrada ata contendo os resultados obtidos;
- V a reunião para homologação do resultado da eleição será convocada com antecedência mínima de quinze (15) dias, pelo Diretor do ICN ou seu substituto legal.
- Art. 27. Terão direito a voto na eleição do Diretor do ICN e do Vice-Diretor, os docentes do quadro permanente, todos os servidores TAE e o representante discente.
- Art. 28. Serão eleitos os candidatos que obtiverem a maioria simples dos votos válidos.
- Art. 29. Na ocorrência de empate será considerado eleito o candidato mais antigo no exercício da docência na Instituição, e, permanecendo o empate, será considerado eleito o mais idoso.

#### CAPÍTULO V

#### **DOS RECURSOS**

- Art. 30. Das decisões da Diretoria e da Congregação, caberá pedido de reconsideração àquele de onde proveio a decisão ou interposição de recurso à instância imediatamente superior, por meio de documento protocolado.
- Art. 31. O prazo para reconsideração ou recurso será de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da decisão.
- Art. 32. Julgado o recurso, o processo retornará à autoridade recorrida para cumprimento da decisão.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 33. As disposições do presente Regimento poderão ser complementadas por normas aprovadas pela Congregação do ICN, nos limites de suas competências.
- Art. 34. O presente regimento poderá ser alterado pela Congregação do ICN, mediante proposta aprovada por 2/3 de seus membros e posterior aprovação pelo Conselho Universitário.
- Art. 35. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação do ICN.
- Art. 36. Fica revogada a Resolução Consuni nº 10, de 03 de março de 2011.
- Art. 37. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRO AMADEU CERVEIRA
Presidente do Consuni
DATA DE PUBLICAÇÃO
UNIFAL-MG
02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acaoedocumento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243358** e o código CRC **B7AD2CE7**.

Referência: Processo nº 23087.003780/2024-18



# RESOLUÇÃO CONSUNI № 33, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho Universitário da UNIFAL-MG, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, tendo em vista o que consta no Processo nº 23087.022390/2023-66 e o que ficou decidido em sua 351ª reunião ordinária, realizada em 30 de abril de 2024, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução Consuni nº 114, de 30 de novembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 12	
II – no mínimo 2 (dois) representantes docentes do quadro efetivo; e	
	R)
Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua nublicação	

SANDRO AMADEU CERVEIRA

Presidente do Consuni DATA DE PUBLICAÇÃO UNIFAL-MG 02/05/2024



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Amadeu Cerveira**, **Presidente do Consuni**, em 02/05/2024, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do <u>Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador\_externo.php?acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **1243455** e o código CRC **653D0952**.

**Referência:** Processo nº 23087.022390/2023-66